

SOBERANIA EPISTÊMICA NO MUNDO MAJORITÁRIO: desinformação científica, imperialismo acadêmico e hierarquização de conhecimentos¹

EPISTEMIC SOVEREIGNTY IN THE MAJORITY WORLD scientific misinformation, academic imperialism, and the hierarchical organization of knowledge

Thaiane Moreira de Oliveira ²

Resumo: Este artigo discute as disputas contemporâneas em torno da soberania epistêmica no mundo majoritário a partir da articulação entre desinformação científica, transformações digitais e assimetrias do sistema acadêmico global. Parte-se da compreensão de que a desinformação científica não constitui apenas um problema informacional ou cognitivo, mas um fenômeno estrutural, inscrito nas relações entre ciência, poder, economia política das plataformas e regimes globais de produção do conhecimento. Com base em revisão crítica da literatura e em aportes teóricos da comunicação, dos estudos sociais da ciência e das epistemologias do Sul, o trabalho examina três eixos analíticos: (i) a atuação da desinformação científica em temas ambientais e sua relação com infraestruturas digitais e soberania informacional; (ii) o papel do imperialismo acadêmico, das métricas de impacto e da hegemonia linguística na reprodução da dependência epistêmica; e (iii) as dinâmicas de extrativismo epistemológico envolvendo saberes de povos originários e comunidades tradicionais. Argumenta-se que esses processos operam de forma interdependente, fragilizando a autoridade científica institucional e ampliando a vulnerabilidade das políticas públicas à captura informacional. Sustenta-se, por fim, que o fortalecimento da soberania epistêmica no mundo majoritário requer o desenvolvimento de infraestruturas públicas de comunicação científica, modelos de avaliação contextualizados, políticas de dados soberanos e o reconhecimento dos saberes situados como dimensões constitutivas da justiça epistêmica.

Palavras-Chave: Soberania Epistêmica. Desinformação científica. Hierarquização de conhecimentos

Abstract: This article discusses contemporary disputes surrounding epistemic sovereignty in the Global South through the articulation of scientific misinformation, digital transformations, and asymmetries in the global academic system. It is grounded in the understanding that scientific misinformation constitutes not merely an informational or cognitive problem, but a structural phenomenon embedded in the relationships between science, power, the political economy of digital platforms, and global regimes of knowledge production. Based on a critical literature review and theoretical contributions from communication studies, social studies of science, and Southern epistemologies, the article examines three analytical axes: (i) the role

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação da Ciência e Políticas Científicas. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e Instituto Gonçalo Moniz da Fundação Oswaldo Cruz (Bahia), doutora em Comunicação, thaianeoliveira@id.uff.br.

of scientific disinformation in environmental issues and its relationship with digital infrastructures and informational sovereignty; (ii) the role of academic imperialism, impact metrics, and linguistic hegemony in reproducing epistemic dependency; and (iii) the dynamics of epistemological extractivism involving the knowledge of Indigenous peoples and traditional communities. It is argued that these processes operate in an interdependent manner, weakening institutional scientific authority and increasing the vulnerability of public policies to informational capture. Finally, the article contends that strengthening epistemic sovereignty in the Global South requires the development of public infrastructures for science communication, contextualized evaluation models, sovereign data policies, and the recognition of situated knowledges as constitutive dimensions of epistemic justice.

Keywords: *Epistemic sovereignty. Scientific disinformation. Hierarchical organization of knowledge.*

1. Introdução³

Apesar de ter se consolidado como uma instituição epistêmica de grande prestígio durante o processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico, a ciência tem enfrentado, nas últimas décadas, uma série de crises e questionamentos (Weingart; Guenther, 2016). Nesse contexto, a desinformação científica consolidou-se como um dos principais terrenos de disputa pública em escala global, incidindo de forma particularmente intensa sobre áreas estratégicas como saúde e meio ambiente (Recuero et al., 2020; Santini, 2022). No Brasil, o crescimento do ceticismo científico, a emergência de movimentos negacionistas, o aumento da hesitação vacinal e a contestação às instituições científicas, evidenciados em controvérsias recentes sobre políticas sanitárias, dados ambientais e mudanças climáticas, expressam uma crise institucional e epistêmica marcada pela erosão da confiança pública (Soares; Vitelli, 2016; Paternotte; Verloo, 2021).

Esses processos articulam-se a sistemas de crenças pré-estabelecidos⁴, nos quais a dúvida opera como mecanismo de confirmação identitária, especialmente em temas controversos. A literatura aponta que tal dinâmica está associada a crises de confiança nas instituições epistêmicas, nas quais crenças e experiências individuais funcionam como marcadores de pertencimento social (Van Zoonen, 2012), favorecendo a circulação de desinformação, teorias da conspiração e narrativas contestatórias, sobretudo em ambientes digitais. Importa destacar, contudo, que essa crise não decorre apenas de ataques externos, mas também de tensões internas ao campo científico, como a intensificação do produtivismo

³ Na preparação deste artigo, foi utilizada a ferramenta do Chat GP3 para a revisão gramatical e formatação textual e das referências bibliográficas.

⁴ Neste artigo, sistemas de crença são compreendidos como arranjos sociocognitivos que articulam disposições individuais, pertencimentos sociais e repertórios midiáticos.

acadêmico, a precarização da pesquisa, conflitos de interesse, concentração editorial, fragilidades nos processos de validação e históricos de expropriação de saberes tradicionais. Esses fatores contribuem para a erosão da legitimidade institucional da ciência.

Longe de constituir apenas um problema informacional ou cognitivo, a desinformação científica encontra-se profundamente articulada a estratégias políticas, econômicas e geopolíticas (Unesco, 2018; Oliveira, 2020; Recuero, 2025). Trata-se de um conjunto de práticas culturais socialmente situadas, que mobilizam valores, afetos, identidades e repertórios simbólicos, conferindo legitimidade a determinadas narrativas em contextos específicos.

Nesse cenário, as mídias digitais assumem papel central, particularmente no mundo majoritário⁵, onde a disputa por soberania epistêmica se articula diretamente à soberania digital e comunicacional. A circulação do conhecimento científico ocorre majoritariamente por meio de plataformas globais cujas infraestruturas, lógicas algorítmicas e regimes de visibilidade escapam ao controle das instituições nacionais. A insuficiência de formação digital e o acesso limitado a recursos tecnológicos no ensino superior aprofundam a dependência de plataformas privadas e ampliam vulnerabilidades institucionais frente à desinformação (Antón-Sancho et al., 2022).

A transição de modelos de regulação midiática nacionalistas para abordagens mais pragmáticas nas políticas digitais (Becerra, Waisbord, 2021) evidencia tanto esforços de inserção competitiva no ecossistema global quanto a fragilidade dos Estados na regulação de dados, métricas e fluxos comunicacionais. Nesse contexto, a ausência de estratégias institucionais robustas de comunicação científica favorece a circulação de conteúdos desinformativos.

⁵ Neste artigo, opta-se pelo uso do termo “mundo majoritário” em substituição a “Sul Global”, considerando que este último, apesar de amplamente difundido no debate acadêmico, pode operar como categoria despolitizante ao obscurecer as relações históricas de colonialismo, dependência e exploração que estruturam o sistema-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2004; OLIVEIRA, BOMFIM, 2022). A noção de “mundo majoritário” busca enfatizar, por sua vez, tanto a centralidade demográfica quanto a relevância política, cultural e epistêmica das populações historicamente subalternizadas, tensionando classificações geopolíticas que naturalizam a centralidade do Norte. Embora os termos sejam, em certos contextos, utilizados de forma intercambiável, não são equivalentes: enquanto “Sul Global” remete prioritariamente a posições estruturais na economia política internacional, “mundo majoritário” enfatiza as disputas simbólicas e epistemológicas em torno da produção e validação do conhecimento (ALAM, 2008). Destaca-se aqui o uso do termo “mundo majoritário” não constitui um bloco homogêneo, mas um conjunto heterogêneo de formações sociais, políticas e científicas, marcadas por trajetórias históricas, capacidades institucionais e níveis distintos de inserção no sistema global de produção do conhecimento. Embora compartilhem posições estruturais de subordinação, esses contextos apresentam respostas diferenciadas às dinâmicas da desinformação, da dependência tecnológica e do imperialismo acadêmico.

É nesse campo de disputas que se inscrevem as controvérsias contemporâneas em torno da soberania epistêmica, compreendida neste artigo como a capacidade de produzir, validar, comunicar e regular socialmente o conhecimento. A ausência dessa soberania contribui para a fragilização da autoridade institucional e para a ampliação do espaço de atuação de atores que disputam regimes de verdade por meio da desinformação.

Embora debates sobre injustiça epistêmica e imperialismo acadêmico sejam relativamente consolidados (Alatas, 1969; Fricker, 2007), o conceito de soberania epistêmica é mais recente. Uma das primeiras discussões sobre esse tema remonta ao trabalho de Karen Litfin, em 1999, no qual a autora analisa o impacto dos rápidos avanços das tecnologias da informação sobre o conhecimento. Segundo Litfin (1999), conhecimento e soberania estão estreitamente interligados, uma vez que ambos desempenham um papel central na definição da autoridade e no exercício do controle no cenário global. Ciência, tecnologia e Estado são emblemas da modernidade e influenciam profundamente a configuração do sistema global. A convergência desses elementos — que Litfin denomina de “dimensão epistêmica da soberania” — é particularmente relevante para a compreensão da política global contemporânea. Essa dimensão, frequentemente negligenciada, da soberania diz respeito ao controle, ao acesso e à disseminação da informação e do conhecimento.

Nesse debate, torna-se igualmente relevante considerar as relações entre ciência institucionalizada e os saberes de povos originários e comunidades tradicionais. A construção da autoridade científica tem sido frequentemente associada à marginalização, apropriação seletiva e subordinação desses conhecimentos, vinculadas a dinâmicas de colonialidade e extrativismo epistemológico. Assim, a soberania epistêmica envolve também o reconhecimento de direitos coletivos, autodeterminação cognitiva e formas próprias de produção e circulação do conhecimento.

Diante desse quadro, este artigo analisa como as disputas em torno da soberania epistêmica, da soberania digital e da ciência aberta no mundo majoritário se articulam à desinformação científica, às assimetrias acadêmicas globais e às transformações digitais. A análise estrutura-se em três eixos: (i) desinformação científica, sistemas de crença e soberania informacional; (ii) imperialismo acadêmico, métricas e hegemonia linguística; e (iii) saberes locais, povos originários e extrativismo epistemológico.

A articulação desses eixos permite compreender a soberania epistêmica como um campo relacional e multidimensional, atravessado por disputas informacionais, institucionais,

tecnológicas, linguísticas e culturais. Metodologicamente, o artigo fundamenta-se em uma revisão crítica e narrativa da literatura, de caráter interdisciplinar, articulando contribuições dos estudos da comunicação, dos estudos sociais da ciência, da sociologia do conhecimento e das epistemologias críticas, adotando uma perspectiva interpretativa voltada à problematização das condições históricas e políticas da produção do conhecimento no mundo majoritário.

2. Desinformação científica, agendas intersticiais, sistemas de crença e soberania informacional

Apesar do interesse da população brasileira pela ciência ser superior à média mundial (70% e 46%, respectivamente), estudos recentes indicam o crescimento consistente da desconfiança em relação às instituições científicas. De acordo com o Índice Anual do Estado da Ciência (2019), 39% dos brasileiros se declaram céticos em relação à ciência, enquanto cerca de 50% tendem a aceitar informações científicas apenas quando estas confirmam suas crenças prévias. Esse fenômeno tem se manifestado, de forma particularmente visível, nas controvérsias em torno da vacinação, na circulação de narrativas negacionistas sobre mudanças climáticas e desmatamento, bem como nos ataques públicos a instituições como o INPE e a Fiocruz.

Pesquisas indicam que a circulação de conteúdos científicos nas mídias digitais e jornalísticas, a depender de seus enquadramentos discursivos, pode reforçar percepções de incerteza e descrédito (Fleerackers et al., 2021). Ademais, as controvérsias científicas que circulam nas redes digitais tendem a refletir sistemas de crença socialmente situados, sobretudo quando temas relacionados à saúde e ao meio ambiente são atravessados por disputas políticas e econômicas (Hart et al., 2011; Dandrea, 2018).

Nesse contexto, observa-se a transição de um regime de verdade baseado na confiança institucional para outro ancorado na experiência individual, nas emoções e na validação identitária (Van Zoonen, 2012), caracterizando uma crise epistêmica mais ampla (Oliveira, 2019; De Albuquerque; Quinan, 2019). Tal processo é reforçado tanto por disputas externas quanto por tensões internas ao próprio campo científico, como a intensificação do produtivismo acadêmico, a precarização das condições de pesquisa, a concentração editorial, os conflitos de interesse e as fragilidades nos processos de validação e transparência

científica. Essas dinâmicas internas contribuem para a erosão da legitimidade pública da ciência e facilitam sua instrumentalização por diferentes atores.

Neste artigo, os sistemas de crença são compreendidos como arranjos sociocognitivos que articulam disposições individuais, pertencimentos sociais e repertórios midiáticos. Esses sistemas operam por meio de vieses de confirmação, entendidos como a tendência de selecionar e interpretar informações de modo a reforçar crenças anteriores (Klayman, 1995; Nickerson, 1998). A avaliação tendenciosa de evidências é potencializada quando informações provenientes de fontes percebidas como legítimas — como a mídia e a ciência — reforçam narrativas pré-existentes (Ditto; Lopez, 1992; Taber; Lodge, 2012), aprofundando processos de polarização (Lord; Ross; Lepper, 1979).

A produção e a circulação de pesquisas sobre desinformação, polarização e consumo informacional têm sido objeto de interesse estratégico de grandes fundações filantrópicas internacionais, como Ford Foundation, Bill & Melinda Gates Foundation e Hewlett Foundation. Esses financiamentos influenciam agendas científicas por meio da definição de temas prioritários, da valorização de determinadas metodologias e da legitimação diferencial de resultados, contribuindo para a conformação de campos de pesquisa específicos. Tais dinâmicas operam tanto por meio de mecanismos formais de fomento quanto por redes informais de prestígio, citações, eventos acadêmicos e reconhecimento institucional, impactando a construção de reputação científica (Bourdieu, 1994; Verna; Detsky, 2020; Hofstra et al., 2020).

A implementação dessas agendas, contudo, não se restringe ao campo científico. Em sociedades caracterizadas por elevada complexidade institucional (Walby, 2009), as comunidades epistêmicas constituem apenas um dos domínios que participam da construção do debate público (Paternotte; Verloo, 2021). As agendas circulam de forma interdependente entre ciência, mídia, política, mercado e sociedade civil, sendo continuamente reconfiguradas por normas sociais, disputas simbólicas e interesses estratégicos.

Nesse processo, destaca-se o papel das instituições intersticiais — incluindo fundações filantrópicas, think tanks, observatórios de mídia, organizações de checagem e centros de advocacy — que atuam na mediação entre conhecimento científico, opinião pública e políticas públicas (Albuquerque, 2021). Essas organizações produzem matrizes avaliativas, indicadores de credibilidade e modelos metodológicos próprios, influenciando os critérios de validação da informação e da verdade no espaço público.

No plano geopolítico, tais instituições tornaram-se instrumentos centrais de disputa paradigmática, territorial e ideológica, sobretudo nos tradicionais centros de poder econômico, como Estados Unidos e União Europeia, ao mesmo tempo em que interagem com atores emergentes em dinâmicas Sul-Sul (Ribeiro, 2021; Almirón et al., 2020). Suas estratégias envolvem a articulação com governos, universidades e centros de pesquisa, mobilizando capital humano e simbólico para a produção de relatórios, seminários, capacitações e conteúdos midiáticos direcionados a tomadores de decisão (Secchi; Ito, 2022; Jang; Bechara; Bottom, 2022).

Se, historicamente, essas organizações atuavam prioritariamente em circuitos especializados, observa-se, mais recentemente, sua crescente inserção nas plataformas digitais, por meio do uso sistemático de estratégias discursivas, narrativas emocionais e campanhas de engajamento, voltadas à mobilização dos sistemas de crença dos públicos (Schäfer, 2015; Castillo-Esparcia et al., 2015).

A centralidade das plataformas digitais intensifica essas dinâmicas ao subordinar a circulação do conhecimento a infraestruturas privadas e transnacionais. Essa dependência limita a autonomia informacional de universidades, centros de pesquisa e agências públicas no mundo majoritário, dificultando a consolidação de políticas robustas de comunicação científica. No Brasil, por exemplo, a precarização das estruturas institucionais de comunicação nas universidades federais, agravada desde 2019 pela suspensão de concursos públicos na área, compromete a capacidade de enfrentamento da desinformação.

Nesse ambiente assimétrico, grupos políticos, corporações, think tanks e redes transnacionais de desinformação operam de forma coordenada, articulando campanhas digitais, conteúdos pseudoespecializados e estratégias de deslegitimação institucional. Essas práticas contribuem para a erosão da confiança pública na ciência e ampliam a vulnerabilidade das políticas públicas à captura informacional.

Essas dinâmicas afetam diretamente a soberania epistêmica ao deslocar os centros de definição, validação e legitimação do conhecimento científico das instituições públicas nacionais para redes privadas, transnacionais e opacas. Desse modo, a fragilização da autoridade científica não constitui apenas um problema comunicacional, mas expressa uma reconfiguração estrutural dos regimes de verdade, com impactos duradouros sobre a autonomia científica, a formulação de políticas públicas e a democracia informacional no mundo majoritário.

3. Imperialismo acadêmico, métricas e hegemonia linguística

No âmbito universitário, as dinâmicas em torno da soberania epistêmica articulam-se à redefinição contemporânea do papel das instituições de ensino superior, especialmente nos países do mundo majoritário, em um contexto marcado pela expansão do capitalismo acadêmico. As universidades passam a ocupar uma posição estratégica como agentes de desenvolvimento regional, inovação e inclusão social, ao mesmo tempo em que são crescentemente pressionadas por sistemas globais de avaliação, rankings e métricas de impacto que orientam prioridades de pesquisa, padrões de excelência e formas de comunicação científica (Riveros et al., 2022; Arocena; Sutz, 2005). Essa configuração tensiona sua capacidade de atuar como espaços de produção de conhecimento socialmente referenciado e de enfrentamento público de dilemas contemporâneos, particularmente no campo informacional, como o combate à desinformação científica e institucional.

Esses processos se inscrevem em um sistema acadêmico global historicamente marcado por profundas desigualdades estruturais. Um número restrito de países, em sua maioria antigas potências coloniais situadas no Ocidente, exerceu controle significativo sobre a definição das agendas de pesquisa, os critérios de excelência e os circuitos legítimos de circulação do conhecimento (Alatas, 2013; Demeter, 2020; Albuquerque, 2021). Nesse arranjo, os Estados Unidos consolidaram-se como ator hegemônico, estabelecendo o inglês como língua franca da ciência internacional (Suzina, 2021). Diversos autores qualificam esse sistema como uma forma de imperialismo intelectual, no qual o poder de definir problemas, métodos e interpretações permanece concentrado nos países centrais (Alatas, 1969, 2000; Bourdieu; Wacquant, 1999; Albuquerque, 2024).

Tal estrutura permite que pesquisadores e instituições centrais influenciem não apenas os modos de produção do conhecimento, mas também as formas pelas quais estudiosos de outras regiões interpretam suas próprias realidades, com impactos diretos sobre a formulação de políticas públicas nos países periféricos (Dezalay; Garth, 2002). Ao mesmo tempo, esse poder assimétrico é historicamente acompanhado por processos de resistência epistêmica, expressos em debates sobre soberania das infraestruturas científicas e digitais, multilinguismo científico, ciência aberta territorializada e valorização de saberes locais e tradicionais.

Nesse contexto, a resistência epistêmica no mundo majoritário materializa-se, em primeiro lugar, na reivindicação pela soberania das infraestruturas científicas, compreendidas não apenas como suportes técnicos, mas como instâncias políticas que condicionam o acesso,

a circulação e a validação do conhecimento. A dependência de plataformas transnacionais de indexação, avaliação e gestão de dados reforça assimetrias históricas e subordina a produção científica periférica a lógicas comerciais e métricas definidas externamente (Seguin et al., 2018). Em resposta, iniciativas regionais têm buscado desenvolver repositórios institucionais, sistemas próprios de avaliação e redes colaborativas, visando assegurar maior autonomia sobre dados, metadados e critérios de relevância científica (Nurpeisova et al., 2023).

Além disso, regiões em desenvolvimento têm mobilizado inovações tecnológicas para fortalecer redes científicas resilientes, ancoradas em necessidades e bases de conhecimento locais. Essas experiências evidenciam a construção de ecossistemas alternativos de produção científica, com impactos positivos em áreas como saúde pública, meio ambiente e políticas sociais.

Sob a égide da ciência aberta, observa-se a ascensão de projetos colaborativos que integram pesquisadores, instituições locais e membros da sociedade civil, incluindo povos originários e comunidades tradicionais, promovendo formas mais democráticas e plurais de investigação científica (Girolamo et al., 2023; Lui et al., 2023). Essa perspectiva crítica e politicamente situada da ciência aberta tem se consolidado como dominante nos debates do mundo majoritário, onde a abertura do conhecimento é indissociável das lutas por soberania epistêmica, justiça cognitiva e autonomia tecnológica.

Em contraste, no Norte Global, a ciência aberta tende a assumir um caráter mais instrumental e administrativo, centrado na padronização de procedimentos, na eficiência da gestão da pesquisa e no cumprimento de exigências de transparência (Clinio, 2019; Oliveira et al., 2021). Embora apresentadas como universais e neutras, essas diretrizes frequentemente se materializam por meio da adoção compulsória de plataformas, métricas e infraestruturas controladas por instituições e empresas sediadas nos países centrais. Como resultado, aprofundam a dependência estrutural das universidades do mundo majoritário e limitam sua capacidade de definir prioridades científicas, gerir seus próprios dados e construir modelos alternativos de abertura do conhecimento (Dutta et al., 2021).

Essas dinâmicas reforçam, simultaneamente, a centralidade do inglês como língua franca da ciência. Desde o pós-Segunda Guerra Mundial, o idioma consolidou-se como meio privilegiado de circulação científica, sustentado por uma retórica que associa o inglês à colaboração, à mobilidade acadêmica e à universalização do conhecimento (Hamel, 2007). A migração progressiva de revistas científicas para o inglês (Nunan, 2003) contribuiu,

posteriormente, para a consolidação de oligopólios editoriais altamente lucrativos (Larivière et al., 2015; Beck et al., 2021), que passaram a operar como instâncias centrais de legitimação da chamada ciência de “qualidade” (Siler, 2017).

A hegemonia linguística resultante produziu a sub-representação sistemática de países não anglófonos em conselhos editoriais, circuitos de prestígio e políticas científicas globais (Wagner; Wong, 2012; Goyanes et al., 2022; Albuquerque et al., 2021). Estudos indicam que essa disparidade reduz as contribuições científicas de pesquisadores cujo inglês é língua estrangeira, aumentando custos cognitivos, financeiros e emocionais ao longo da carreira acadêmica (Ramírez-Castañeda, 2020; Amano et al., 2023; Suzina, 2021).

Além disso, a disseminação do inglês como língua dominante tem sido associada à transferência de valores ocidentais e à homogeneização epistemológica, contribuindo para a padronização de métodos, estilos argumentativos e objetos de pesquisa (Phillipson, 2008; Phusit; Suksiripakonchai, 2018). Em resposta, têm emergido circuitos multilíngues de publicação, especialmente na América Latina, como formas concretas de afirmação da soberania epistêmica (Vessuri et al., 2014; Beigel; Digiampietri, 2022; Beigel; Jackson, 2023).

Apesar da relevância dessas iniciativas, elas permanecem amplamente invisibilizadas diante da hegemonia do modelo global de capitalismo acadêmico, fortemente influenciado por sistemas de ranqueamento universitário que se consolidaram desde a década de 1990 (Mugnaini; Digiampietri; Mena-Chalco, 2014). Produzidos majoritariamente por instituições sediadas nos Estados Unidos, esses rankings perpetuam visões etnocêntricas e reforçam a noção de um padrão universal de excelência (Albuquerque; Oliveira, 2020).

A chamada *metric tide* tornou-se dominante nos debates sobre indicadores de ciência, tecnologia e inovação (Wouters et al., 2015), contribuindo para a intensificação da estratificação institucional e do imperialismo acadêmico (Perna et al., 2021). O uso sistemático de rankings tem sido associado à anglicização da comunicação científica, à homogeneização dos campos disciplinares e ao aprofundamento das hierarquias globais (Boussebaa; Tienari, 2019; Suzina, 2020). Políticas editoriais baseadas no fator de impacto operam, nesse contexto, como mecanismos centrais de reprodução do imperialismo acadêmico e econômico (Chukwuemeka et al., 2018).

Esses sistemas de avaliação, concebidos a partir de matrizes ocidentais e neocoloniais, frequentemente entram em contradição com os objetivos mais amplos da educação superior e

da produção de conhecimento socialmente relevante. Ao subordinar a atividade científica a lógicas competitivas, métricas padronizadas e plataformas privadas, limitam a diversidade epistêmica, fragilizam projetos científicos territorializados e tensionam as agendas de inclusão, participação social e ciência aberta.

Desse modo, a soberania epistêmica no mundo majoritário encontra-se profundamente condicionada pelas dinâmicas do capitalismo acadêmico global, pela hegemonia linguística, pela concentração editorial e pela centralidade das métricas. A resistência a essas estruturas não se expressa apenas na criação de alternativas técnicas, mas na construção de projetos políticos, institucionais e cognitivos orientados à democratização do conhecimento, à pluralização epistemológica e ao fortalecimento da autonomia científica.

4. Saberes locais, povos originários e extrativismo epistemológico

Quando a ciência é operacionalizada prioritariamente por meio de métricas, plataformas e critérios definidos por centros hegemônicos, tende a reproduzir processos históricos de exclusão, marginalizando saberes não institucionalizados e invisibilizando as contribuições de povos originários, comunidades tradicionais e grupos socialmente subalternizados. A ausência sistemática desses atores nos circuitos formais de validação científica evidencia que a abertura do conhecimento, quando desvinculada de compromissos com justiça social e cognitiva, pode reforçar desigualdades estruturais e aprofundar assimetrias no acesso, na produção e no reconhecimento do conhecimento.

Nesse contexto, tem se consolidado, nos últimos anos, o debate em torno da ciência aberta inclusiva, orientada à ampliação da participação, da diversidade epistêmica e da equidade nos processos científicos (Grahe et al., 2019; Ross-Hellauer et al., 2022). Estudos indicam que a transparência e a credibilidade científica dependem, de modo indissociável, da incorporação de perspectivas diversas e historicamente marginalizadas (Oliveira et al., 2021). Tais discussões apontam para a necessidade de transformações sistêmicas que ultrapassem reformas procedimentais, enfrentando processos seculares de silenciamento, expropriação e subalternização dos conhecimentos locais, especialmente frente a desafios globais como as mudanças climáticas (David-Chavez; Gavin, 2018).

Vivemos uma era marcada por crises interdependentes — sanitárias, ambientais, sociais e informacionais — que exigem soluções baseadas na integração de múltiplas formas de conhecimento (Dos Santos et al., 2024; Levis et al., 2024). A pandemia de COVID-19, a

emergência climática e a degradação ambiental evidenciam a centralidade dos saberes ancestrais na construção de respostas sustentáveis. Povos originários e comunidades tradicionais, embora representem menos de 5% da população mundial, são responsáveis pela proteção de aproximadamente 80% da biodiversidade global (Raygorodetsky, 2018), desempenhando papel estratégico na conservação de ecossistemas essenciais à regulação climática.

Paradoxalmente, esses grupos figuram entre os mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, dos deslocamentos forçados, da destruição territorial e da desinformação ambiental. O avanço de atividades predatórias — como desmatamento, mineração e expansão agropastoril — associado à instabilidade climática compromete não apenas seus modos de vida, mas também a resiliência ecológica global (Levis et al., 2024; Rezende, 2021). Simultaneamente, a apropriação indevida de seus saberes, frequentemente desvinculada de mecanismos de reconhecimento, repartição de benefícios e consentimento informado, aprofunda sua vulnerabilidade e limita sua capacidade de protagonismo político e epistêmico.

Esses processos são intensificados pela atuação de grandes corporações e interesses econômicos nos setores de mineração, agronegócio, exploração florestal e indústria do bem-estar, que frequentemente instrumentalizam o conhecimento tradicional de forma descontextualizada e dissociada dos direitos coletivos das comunidades (Gayoso et al., 2021). Tais práticas são, em muitos casos, mediadas por projetos científicos conduzidos por instituições do Norte Global, financiados por empresas transnacionais e fundações filantrópicas, cujas agendas nem sempre se alinham a princípios de reciprocidade, justiça cognitiva e soberania epistêmica (Albuquerque, 2024; 2025).

Nessas dinâmicas, a ciência opera como dispositivo de legitimação da apropriação cognitiva, convertendo saberes ancestrais em dados, patentes, relatórios técnicos ou inovações comerciais, sem o reconhecimento efetivo das comunidades como sujeitos epistêmicos legítimos (Oliveira; Kant; Aragon, 2020). Esse processo reflete uma lógica histórica de hierarquização do conhecimento, sustentada por concepções ocidentais de progresso e desenvolvimento que classificam epistemologias não hegemônicas como inferiores ou não científicas (Krenak, 2020). O financiamento externo, frequentemente condicionado a interesses estratégicos, contribui para a reprodução dessas assimetrias,

convertendo pesquisadores em intermediários de processos de extração cognitiva, ainda que revestidos por narrativas de cooperação, sustentabilidade ou inovação social.

Casos amplamente divulgados evidenciam, por exemplo, o financiamento sistemático de think tanks e campanhas comunicacionais por corporações do setor energético, com o objetivo de controlar fluxos de dados científicos, semear incertezas e moldar o debate público sobre a crise climática na América Latina (Reis, 2018; Oreskes; Conway, 2010). A ocultação seletiva de evidências e a produção deliberada de controvérsias operam, nesse cenário, como instrumentos centrais de poder epistêmico.

Essas dinâmicas revelam uma dimensão estrutural da desinformação científica: sua atuação como mecanismo transversal de disputa por autoridade epistêmica. Em temas sensíveis à vida, ao território e à governança pública — como saúde coletiva, mudanças climáticas e crises sanitárias — a ciência torna-se campo privilegiado de conflitos geopolíticos, nos quais se disputam não apenas políticas públicas, mas os próprios critérios de validade, circulação e interpretação do conhecimento.

No campo ambiental, a realização da COP30 no Brasil intensificou essas disputas. Estudos recentes demonstram como setores do agronegócio atuaram estrategicamente para moldar o debate científico e público sobre sua responsabilidade na crise climática, mobilizando seletivamente dados e discursos de sustentabilidade (Changing Markets Foundation, 2025). Nesses processos, saberes de povos originários e comunidades tradicionais permanecem frequentemente periféricos ou instrumentalizados.

Dinâmicas semelhantes podem ser observadas no campo da saúde e da ciência biomédica. A publicação do artigo “Indigenizando a Ciência da Conservação para uma Amazônia Sustentável” (Levis et al., 2024), embora celebrada como avanço no diálogo intercultural, evidenciou que a incorporação de saberes indígenas ocorre sob condições específicas de tradução, mediação e hierarquização. Esses conhecimentos passam a circular como “ciência” apenas quando enquadrados em formatos, linguagens e critérios definidos por instituições centrais, revelando os limites da inclusão sem soberania epistêmica.

Tomados em conjunto, esses episódios indicam que a desinformação científica não pode ser compreendida apenas como negação do conhecimento científico, mas como fenômeno estrutural que emerge das próprias formas de hierarquização, comunicação e legitimação do saber (Oliveira, 2020). A literatura dos estudos sociais da ciência demonstra que a autoridade científica é produzida por regimes institucionais que classificam saberes,

especialistas e instituições, definindo quem pode falar em nome da ciência e sob quais condições (Gieryn, 1983; Shackley; Wynne, 1996; Fiske; Dupree, 2014; Sacramento, 2023).

Nesse contexto, as disputas informacionais e comunicacionais tornam-se centrais. Empresas, ONGs e instituições frequentemente monopolizam infraestruturas digitais e dispositivos comunicacionais, apropriando-se de narrativas e dados sem participação efetiva das comunidades envolvidas, produzindo representações simplificadas ou distorcidas que reforçam estigmas e desigualdades (Krenak, 2020).

As tecnologias da informação e comunicação desempenham, assim, papel ambíguo. Por um lado, ampliam possibilidades de protagonismo, preservação linguística e circulação de saberes; por outro, introduzem valores externos e dinâmicas de vigilância, mercantilização e dependência tecnológica (Pinto, 2018). As mediações algorítmicas intensificam esses riscos, ao priorizar determinadas narrativas e silenciar outras, afetando diretamente a visibilidade das demandas de comunidades epistêmicas vulneráveis (Duchiade; Barbosa, 2023).

Desse modo, a inclusão de saberes tradicionais na ciência contemporânea não pode ser reduzida a estratégias de participação simbólica ou tradução técnica. Ela exige transformações profundas nos regimes de validação, financiamento, comunicação e governança do conhecimento, orientadas ao reconhecimento pleno dos povos originários e comunidades tradicionais como sujeitos epistêmicos, políticos e territoriais, condição indispensável para a construção de uma ciência efetivamente democrática, plural e socialmente comprometida.

5. Considerações finais

Tomados em conjunto, os três eixos analíticos desenvolvidos neste artigo evidenciam que a desinformação científica, o imperialismo acadêmico e o extrativismo epistemológico não constituem fenômenos isolados, mas dimensões interdependentes de um mesmo regime global de produção, circulação e validação do conhecimento. Esse regime opera por meio da articulação entre infraestruturas digitais privadas, sistemas de métricas e avaliação, oligopólios editoriais, financiamento transnacional e dispositivos comunicacionais, produzindo hierarquias duráveis entre saberes, instituições e territórios.

No mundo majoritário, tais dinâmicas se expressam na fragilização da autonomia informacional das universidades, na subordinação das agendas científicas a parâmetros

externos e na limitação da capacidade institucional de enfrentamento público à desinformação. A dependência estrutural de plataformas, bases de dados, índices de impacto e circuitos editoriais globais reforça assimetrias históricas e condiciona não apenas o que é pesquisado, mas também como, para quem e com quais efeitos sociais o conhecimento circula.

Nesse contexto, a desinformação científica emerge menos como desvio episódico e mais como efeito sistêmico de ecossistemas informacionais assimétricos, nos quais atores com maior poder econômico, tecnológico e simbólico exercem influência desproporcional sobre os regimes de visibilidade, credibilidade e autoridade epistêmica. A disputa em torno da ciência, especialmente nos campos da saúde e do meio ambiente, torna-se, assim, parte constitutiva de conflitos geopolíticos, econômicos e culturais mais amplos.

Paralelamente, os processos de hierarquização acadêmica e linguística, sustentados por métricas globais e pela hegemonia do inglês, limitam a pluralidade epistêmica e restringem a circulação de conhecimentos situados. Esses mecanismos operam como formas contemporâneas de imperialismo intelectual, moldando trajetórias científicas, políticas públicas e formas legítimas de interpretação da realidade social nos países do mundo majoritário.

A marginalização sistemática dos saberes de povos originários e comunidades tradicionais, por sua vez, revela o caráter colonial persistente desses regimes de validação. A incorporação seletiva desses conhecimentos aos circuitos científicos globais, frequentemente mediada por interesses corporativos e institucionais externos, evidencia os limites de modelos de ciência aberta desvinculados de compromissos com soberania epistêmica, justiça cognitiva e autodeterminação territorial.

Dessa forma, os eixos analisados demonstram que a crise contemporânea da confiança na ciência não pode ser dissociada das estruturas políticas, econômicas e comunicacionais que organizam sua produção e circulação. A erosão da autoridade científica institucional, a vulnerabilidade das políticas públicas à captura informacional e a expansão da desinformação devem ser compreendidas como expressões de um sistema científico global profundamente desigual.

Sustenta-se, portanto, que o fortalecimento da soberania epistêmica no mundo majoritário requer transformações estruturais que ultrapassem respostas tecnocráticas ou regulatórias pontuais. Isso implica o investimento em infraestruturas públicas de

comunicação científica, a construção de modelos de avaliação contextualizados, o desenvolvimento de políticas de dados soberanos, o fortalecimento do multilinguismo científico e o reconhecimento efetivo dos saberes situados como dimensões constitutivas da justiça epistêmica. Somente a partir dessa reconfiguração será possível construir ecossistemas científicos mais democráticos, resilientes e socialmente comprometidos.

Referências

- ALAM, Shahidul. Majority world: Challenging the West's rhetoric of democracy. *Amerasia journal*, v. 34, n. 1, p. 88-98, 2008.
- ALATAS, S. F. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2013.
- ALATAS, S. H. **Academic imperialism. Lecture delivered to the History Society**, University of Singapore, 1969.
- ALBUQUERQUE, A.; OLIVEIRA, T. M. de; SANTOS JUNIOR, M. A. dos; ALBUQUERQUE, S. O. F. de. Structural limits to the de-westernization of the communication field: the editorial board in Clarivate's JCR system. *Communication, Culture & Critique*, v. 13, n. 2, p. 185-203, 2020.
- ALBUQUERQUE, A. de. The institutional basis of anglophone western centrality. *Media, Culture & Society*, v. 43, n. 1, 2021.
- ALBUQUERQUE, Afonso; QUINAN, Rodrigo. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal "Professor Terra Plana". *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 13, n. 3, p. 83-104, 2019.
- ALMIRON, Núria et al. Dominant counter-frames in influential climate contrarian European think tanks. *Climatic Change*, v. 162, n. 4, p. 2003-2020, 2020.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Media, Intellectual, and Cultural Imperialism Today. *History of Media Studies* 4 2024.
- ALBUQUERQUE, Afonso; BARBA, Marcela. Academic imperialism meets media imperialism: the case of Abrajil in Brazil. *Online Media and Global Communication*, v. 4, n. 1, p. 14-34, 2025.
- AROCENA, R.; SUTZ, J. Latin American universities: from an original revolution to an uncertain transition. *Higher Education*, v. 50, n. 4, p. 573-592, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10734-004-6367-8>.
- BECERRA, M.; WAISBORD, S. The curious absence of cybernationalism in Latin America: lessons for the study of digital sovereignty and governance. *Communication and the Public*, v. 6, n. 1-4, p. 67-79, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/20570473211046730>.
- BECHARA, John; BOTTOM, William. Ways and means: How think tanks use social media to influence public policy. In: **Contemporary Trends in Conflict and Communication: Technology and Social Media**. 2022.
- BECK, J.; GJESFJELD, E.; CHRISOMALIS, S. Prestige or perish: publishing decisions in academic archaeology. *American Antiquity*, v. 86, n. 4, p. 669-695, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/aaq.2021.64>.
- BEIGEL, F.; ALMEIDA, A. M.; PIOVANI, J. I. Linguistic capital and international circulation: a comparative study between Argentina, Brazil and Chile. *Tempo Social*, v. 34, p. 17-32, 2023.
- BEIGEL, F.; DIGIAMPIETRI, L. The battle of the languages in national publishing. **Dossiê – Monolinguismo ou Multilinguismo na Produção de Conhecimento?**, v. 34, n. 3, p. 231, [s.d.].
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. On the cunning of imperialist reason. *Theory, Culture & Society*, v. 16, n. 1, p. 41-58, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **El campo científico**. 1994.

BOUSSEBAA, M.; TIENARI, J. Englishization and the politics of knowledge production in management studies. **Journal of Management Inquiry**, v. 30, n. 1, p. 59-67, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1056492619835314>.

CASTILLO-ESPARCIA, Antonio; ALMANSA-MARTÍNEZ, Ana; SMOLAK-LOZANO, Emilia. East European think tanks in social media—towards the model of evaluation of effective communication/PR strategies: Case study analysis. **Catalan Journal of Communication & Cultural Studies**, v. 7, n. 2, p. 231-250, 2015.

CHANGING MARKETS FOUNDATION. A Agenda da Carne: o jogo de poder da indústria na COP30, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1-U2WXkitiQPXY42AzCGxFvtGCwMr5VSR>

CLINIO, A. Ciência aberta na América Latina: duas perspectivas em disputa. **Transinformação**, v. 31, e190028, 2019.

DEMETER, Márton; GOYANES, Manuel; NAVARRO, Federico; MIHALIK, János; MELLADO, Claudio. Rethinking de-westernization in communication studies: the Ibero-American movement in international publishing. **International Journal of Communication**, v. 16, p. 3027–3046, 2022.

DEMETER, Márton. **Academic knowledge production and the Global South**. London: Palgrave Macmillan, 2020.

DITTO, P. H., & LOPEZ, D. F. . Motivated skepticism: Use of differential decision criteria for preferred and nonpreferred conclusions. **Journal of Personality and Social Psychology**, 63(4), 568-584, 1992.

DUCHIADE, André; BARBOSA, Catarina. Starlink: a “internet de Elon Musk” leva euforia e medo para a Amazônia. *Sumaúma*, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/starlink-a-internet-de-elon-musk-leva-euforia-e-medo-para-a-amazonia/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

DUTTA, Mohan et al. Decolonizing open science: Southern interventions. **Journal of communication**, v. 71, n. 5, p. 803-826, 2021.

FISKE, S.; DUPREE, C. Gaining trust as well as respect in communicating to motivated audiences about science topics. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 111, suppl. 4, p. 13593–13597, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1317505111>.

FLEERACKERS, Alice et al. Communicating Scientific Uncertainty About COVID-19—with Alice Fleerackers. 2021.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice: power and the ethics of knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GAYOSO, Solange; COSTA, Larissa Marinho da; AMORAS, Maria. Povos tradicionais, conflitos, expropriação e luta social na Amazônia. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 28, n. 3, p. 167–191, 2021.

GIERYN, T. Boundary-work and the demarcation of science from non-science: strains and interests in professional ideologies of scientists. **American Sociological Review**, v. 48, n. 6, p. 781–795, 1983. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095325>.

GIROLAMO, Teresa et al. Implementation of open science practices in communication sciences and disorders research with Black, Indigenous, and People of Color. **Journal of Speech, Language, and Hearing Research**, v. 66, n. 6, p. 2010–2017, 2023.

GOYANES, Manuel; DE MARCOS, Luis; DEMETER, Márton; TÓTH, Tamás; JORDÁ, Borja. Editorial board interlocking across the social sciences: modelling the geographic, gender, and institutional representation within and between six academic fields. **PLOS ONE**, v. 17, n. 9, e0273552, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0273552>.

GRAHE, Jon; CUCCOLO, Kelsey; LEIGHTON, Daniel; ALVAREZ, Lauren. Open science promotes diverse, just, and sustainable research and educational outcomes. **Psychology Learning & Teaching**, v. 19, n. 1, p. 5–20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1475725719869164>.

HAMEL, Rainer Enrique. The dominance of English in the international scientific periodical literature and the future of language use in science. *AILA Review*, v. 20, p. 53–71, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1075/aila.20.06ham>.

HART, Philip S.; NISBET, Erik C.; SHANAHAN, James E. Environmental values and the social amplification of risk: An examination of how environmental values and media use influence predispositions for public engagement in wildlife management decision making. *Society and Natural Resources*, v. 24, n. 3, p. 276-291, 2011.

HOFSTRA, Bas et al. The diversity–innovation paradox in science. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 17, p. 9284-9291, 2020.

KLAYMAN, Joshua. Varieties of confirmation bias. *Psychology of learning and motivation*, v. 32, p. 385-418, 1995.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. *PLOS ONE*, v. 10, n. 6, e0127502, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502>.

LEVIS, Carolina et al. Indigenizing conservation science for a sustainable Amazon. *Science*, v. 386, n. 6727, p. 1229–1232, 2024.

LITFIN, Karen T. Constructing environmental security and ecological interdependence. *Global Governance*, v. 5, p. 359–377, 1999.

LUI, Priscilla P. et al. Advancing transparency and impact of research: initiating crosstalk between Indigenous research and mainstream open science. *Journal of Indigenous Research*, v. 9, p. 1–10, 2021.

MARTIN, C. Geopolitics and digital sovereignty. In: WERTHNER, H.; PREM, E.; LEE, E. A.; GHEZZI, C. (org.). *Perspectives on digital humanism*. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 227–231. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-86144-5_30.

NICKERSON, R. S. . Confirmation bias: A ubiquitous phenomenon in many guises. *Review of General Psychology*, 2(2), 175–220, 1998.

NUNAN, David. The impact of English as a global language on educational policies and practices in the Asia-Pacific region. *TESOL Quarterly*, v. 37, n. 4, p. 589–613, 2003. DOI: <https://doi.org/10.2307/3588214>.

NURPEISOVA, Aigul et al. Research on the development of a proctoring system for conducting online exams in Kazakhstan. *Computation*, v. 11, n. 6, p. 120, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/computation11060120>.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 52, n. 2, p. 409–433, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200010>.

OLIVEIRA, Thaiane.. As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistema científico global. *Perspectivas em Ciência da Informação (on line)*, v. 24, p. 191-215, 2019.

OLIVEIRA, Thaiane Moreira; BOMFIM, Marcus Vinicius de Jesus. Funding of Research Agendas about the Global South in Latin America and the Caribbean: Lexicometric and Content Analysis of Latin American Scientific Production. *Tapuya: Latin American Journal of Science, Technology, and Society*, v. 6, p. 1-26, 2023.

OLIVEIRA, Thaiane; MARQUES, Francisco Paulo Jamil; LEÃO, Alessandra; ALBUQUERQUE, Afonso; PRADO, José Luiz Aidar; GROHMANN, Rafael; GUAZINA, Liziane. Towards an inclusive agenda of open science for communication research: a Latin American approach. *Journal of Communication*, v. 71, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/joc/jqab025>.

OLIVEIRA, Thaiane. As métricas alternativas e a ciência aberta na América Latina: desafios para a democratização do conhecimento. *Transinformação*, v. 31, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-08892019e190089>.

OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. *Fronteiras*, v. 22, n. 1, 2020.

OLIVEIRA, Thaiane et al. Structural challenges for the global circulation of knowledge and scientific sovereignty in a multipolar world. **Online Media and Global Communication**, v. 4, n. 1, p. 1-13, 2025.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. **Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. Bloomsbury Publishing USA, 2011.

O'BRIEN, T. Scientific authority in policy contexts: public attitudes about environmental scientists, medical researchers, and economists. **Public Understanding of Science**, v. 22, n. 7, p. 799–816, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/0963662511435054>.

PATERNOTTE, David; VERLOO, Mieke. De-democratization and the politics of knowledge: Unpacking the Cultural Marxism narrative. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, v. 28, n. 3, p. 556-578, 2021.

PERNA, Laura W.; COOPER, George; YAO, Christina. US higher education internationalization through an equity-driven lens. In: *[Obra coletiva]*. Cham: Springer, 2021. p. 549–609. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-44007-7_11.

PHILLIPSON, Robert. Lingua franca or lingua Frankensteinia? English in European integration and globalisation. **World Englishes**, v. 27, n. 2, p. 250–267, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-971X.2008.00555.x>.

PHUSIT, Nattapong; SUKSIRIPAKONCHAI, Wanchai. A study of Thai university students' attitudes towards pronunciation models in English as a lingua franca. **International Journal of Social Science and Humanity**, p. 20–24, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18178/ijssh.2018.v8.927>.

PINTO, Aguilar Alejandra. O protagonismo comunicacional-informacional-digital indígena na sociedade da informação: antecedentes, experiências e desafios. **Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones"**, v. 11, n. 2, p. 104–127, 2018.

RAMÍREZ-CASTAÑEDA, Valeria. Disadvantages in preparing and publishing scientific papers caused by the dominance of the English language in science: the case of Colombian researchers in biological sciences. **PLOS ONE**, v. 15, n. 9, e0238372, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0238372>.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. 2020.

REZENDE, Justino Sarmento (org.). **Paneiro de saberes: transbordando reflexividades indígenas**. Brasília, DF: Mil Folhas, 2021.

RIBEIRO, Leandro Nieves. a rede de think tanks (neo) liberais: entre a persuasão e o avanço do neoconservadorismo no brasil. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia**, 2021.

RIVEROS, Pablo; MERIÑO, José; CRESPO, Francisco; BAPTISTA, Bruno. Situated transdisciplinarity in university policy: lessons for its institutionalization. **Higher Education**, v. 84, n. 5, p. 1003–1025, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10734-021-00812-6>.

ROSS-HELLAUER, Tony et al. Dynamics of cumulative advantage and threats to equity in open science: a scoping review. **Royal Society Open Science**, v. 9, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1098/rsos.211032>.

SACRAMENTO, Igor. A saúde numa sociedade de verdades. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 12, n. 1, 2018.

SANTINI, Rose Marie; BARROS, Carlos Eduardo. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. **Liinc em revista**, v. 18, n. 1, p. e5948, 2022.

SANTOS, Cleyton Rodrigues dos; KÄFE, Schauana Monique; VENDRUSCOLO, Laura. A crise do petróleo de 1973: um estudo sobre seu impacto na economia mundial e brasileira. 2024. Trabalho acadêmico.

SCHÄFER, Mike S. et al. Digital public sphere. **The international encyclopedia of political communication**, v. 15, p. 1-7, 2015.

SECCHI, Leonardo; ITO, Leticia Elena. THINK TANKS E UNIVERSIDADES NO BRASIL:: ANÁLISE DAS RELAÇÕES NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM POLÍTICA PÚBLICA. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 46, 2016.

SÉGUIN, Benoît; HARDY, Bruce; SINGER, Peter; DAAR, Abdallah S. Genomic medicine and developing countries: creating a room of their own. *Nature Reviews Genetics*, v. 9, n. 6, p. 487–493, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1038/nrg2379>.

SHACKLEY, S.; WYNNE, B. Representing uncertainty in global climate change science and policy: boundary-ordering devices and authority. *Science, Technology & Human Values*, v. 21, n. 3, p. 275–302, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1177/016224399602100302>.

SILER, Kyle. Future challenges and opportunities in academic publishing. *The Canadian Journal of Sociology*, v. 42, n. 1, p. 83–114, 2017. DOI: <https://doi.org/10.29173/cjs28140>.

SOARES, Felipe; RECUERO, Raquel. How the mainstream media help to spread disinformation about COVID-19. *M/C Journal*, v. 24, n. 1, 2021.

SOARES, Samuel Alves; VITELLI, Marina Gisela. Comunidades epistêmicas e de prática em Defesa na Argentina e no Brasil: entre a organicidade e a plasticidade. *Carta Internacional*, v. 11, n. 3, p. 99-123, 2016.

SUZINA, Ana Cristina; SARTORETTO, Paola Maria. Dossiê pensamento comunicacional latino-americano: desafios e perspectivas da desocidentalização no Sul Global. *Comunicação, Midia e Consumo*, v. 18, n. 51, p. 15–18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18568/cmc.v18i51.2541>.

SUZINA, Ana Cristina. English as lingua franca or the sterilisation of scientific work. *Media, Culture & Society*, 2021. (Dados de volume, número e páginas não informados).

TABER, Carlos S.; LODGE, Milton. O alcance e a generalidade dos vieses afetivos automáticos no pensamento político: resposta ao simpósio. *Revisão Crítica*, v. 24, n. 2, pág. 247-268, 2012.

UNESCO. **Journalism, fake news and disinformation**. Paris, 2018. Disponível em: <https://en.unesco.org/fightfakenews>. Acesso em: ____ fev. 2026.

VAN ZOONEN, Liesbet. I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. *European Journal of Communication*, v. 27, n. 1, p. 56-67, 2012.

VESSURI, Hebe; GUÉDON, Jean-Claude; CETTO, Ana María. Excellence or quality? Impact of the current competition regime on science and scientific publishing in Latin America and its implications for development. *Current Sociology*, v. 62, n. 5, p. 647–665, 2014.

WALBY, Sylvia. **Globalization and inequalities: Complexity and contested modernities**. Sage, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos: un análisis de sistemas-mundo. *Ediciones Akal*, 2004.

WEINGART, Peter; GUENTHER, Lars. Science communication and the issue of trust. *Journal of Science communication*, v. 15, n. 5, p. C01, 2016.